

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3232-8067 | (63) 3232-8238 | socs@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 33, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) – 2018 da Universidade Federal do Tocantins.

O Egrégio Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária realizada no dia 06 de dezembro de 2017, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) – 2018 da Universidade Federal do Tocantins, conforme anexo único a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA (PAINT) – 2018 DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

Anexo único da Resolução nº 33/2017 - Consuni
Aprovado pelo Conselho Universitário em 06 de dezembro de 2017

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALMOX – Coordenação de Almoxarifado

AUDIN – Auditoria Interna

CCA – Coordenação de Controle Acadêmico

CCONTA – Coordenação de Contabilidade

CEDIP – Coordenação de Expedição de Diploma

CEDISA – Coordenação de Desenvolvimento, Informação e Suporte Acadêmico

CFORMA – Coordenação de Formação e Aperfeiçoamento

CFP – Coordenação Financeira de Pessoal

CGU – Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União

CODESC – Coordenação de Desenvolvimento da Carreira

CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSUNI – Conselho Universitário

COOPE – Coordenação Operacional

COORD ESPEC – Coordenação de Cursos de Especialização

COORD GRAD - Coordenação de Cursos de Graduação

COP – Coordenação de Pessoal

COPESE – Comissão Permanente de Seleção

CPAD – Coordenação de Procedimentos Disciplinares

CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal

CPL – Comissão Permanente de Licitação

CRM – Comissão de Recursos Materiais

DAE – Diretoria de Assuntos Estudantis

DAI - Diretoria de Assuntos Internacionais

DAM – Diretoria de Alimentação e Moradia

DAP – Diretoria de Acompanhamento dos Programas de Assistência Estudantil

DCF – Diretoria de Contabilidade e Finanças

DCM – Diretoria de Compras e Materiais

DDP – Diretoria de Desenvolvimento Organizacional e Pessoal

DDRG – Diretoria de Desenvolvimento e Regulação da Graduação

DEINFRA – Diretoria de Engenharia e Infraestrutura

DESENVOLV – Coordenação de Desenvolvimento de Software

DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas

DICOM – Diretoria de Comunicação

DIMAN – Diretoria de Manutenção

DIOR – Diretoria de Orçamento

DIPLAN – Diretoria de Planejamento

DIRAC – Diretoria de Assuntos Comunitários

DIRAD – Diretoria Administrativa

DIRCA – Diretoria de Registro e Controle Acadêmico

DIRPESQ – Diretoria de Pesquisa

DIRPOS – Diretoria de Pós-graduação

DIT – Diretoria de Inovações Tecnológicas

DPEE – Diretoria de Programas Especiais de Educação

DQVT – Diretoria de Qualidade de Vida

DSE – Diretoria de Serviços Essenciais

DSMA – Diretoria de Sustentabilidade e Meio Ambiente

DTE – Diretoria de Tecnologias Educacionais

DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação

FAPTO – Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins

IN – Instrução Normativa

NA – Nota de Auditoria

NGLAB – Núcleo de Gestão e Suprimentos Laboratoriais

ODP – Observatório da Despesa Pública

PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna

PAT – Coordenação de Patrimônio

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIBIC – Coordenação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PPP – Plano de Providências Permanente

PROAD – Pró-Reitoria de Administração e Finanças

PROAP – Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento

PROEST – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

PROGEDEP – Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

PU – Prefeitura Universitária

RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna

SA – Solicitação de Auditoria

SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SIAFI – Sistema de Administração Financeira

SIAPENET – Sistema de Administração de Pessoal

SIASG – Sistema de Administração e Serviços Gerais

SIE – Sistema Integrado de Ensino

SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle

SISBIB – Sistema de Bibliotecas

SPIUNET – Sistema de Patrimônio Imobiliário da União

TCU – Tribunal de Contas da União

UFABC – Universidade Federal do ABC

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - – Equipe da Auditoria Interna em 27 de outubro de 2017	10
Figura 2 - Orçamento estimado para 2018	10
Figura 3 – Questionário aplicado aos gestores	14
Figura 4 – Matriz de áreas de risco	17
Figura 5 – Nível estratégico	19
Figura 6 – Nível estratégico – Direção de campus	19
Figura 7 – Nível tático –Área meio	20
Figura 8 – Nível tático – Área fim.....	20
Figura 9 – Nível tático – outras unidades	21
Figura 10 – Nível operacional – Proad.....	21
Figura 11 – Nível operacional – outras unidades	22
Figura 12 - Matriz de riscos das áreas (níveis estratégico, tático e operacional)	22
Figura 13 – Matriz de áreas de risco do campus de Gurupi.....	23
Figura 14 – Matriz de riscos das áreas de nível estratégico do <i>campus</i> de Gurupi.....	23
Figura 15 – Escalas de probabilidade e impacto.....	24
Figura 16 – Escala de nível de risco	24
Figura 17 – Matriz de riscos – recomendações da Audin	25
Figura 18 – Matriz de riscos – recomendações do TCU	25
Figura 19 – Matriz de riscos – recomendações da CGU	25
Figura 20 – Previsão de capacitação Audin UFT.....	38
Figura 21 – Previsão de capacitação Audin Gurupi.....	38

ÍNDICE

1 – INTRODUÇÃO	8
2 – A INSTITUIÇÃO	8
3 – A UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	9
3.1 – Equipe da Unidade de Auditoria Interna.....	9
3.2 – Orçamento da Unidade de Auditoria Interna	10
3.3 – Vinculação técnica e administrativa da Unidade de Auditoria Interna	10
3.3.1 – Vinculação técnica	10
3.3.2 – Vinculação administrativa	10
3.3.3 – Vinculação técnica e administrativa dos auditores do campus de Gurupi.....	11
4 – FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAINT.....	11
5 – MAPEAMENTO E HIERARQUIZAÇÃO DAS ATIVIDADES.....	13
5.1 – Definição das atividades	13
5.2 – Hierarquização das atividades – matriz de risco.....	13
5.2.1 – Questionário aplicado à Auditoria Baseada em Riscos	13
5.2.2 – Questionário aplicado à Auditoria Baseada em Riscos	15
5.2.3 – Classificação das áreas de acordo com a Matriz de Riscos	17
5.2.4 – Estoque de recomendações.....	23
6 – O PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA	28
6.1 - Descrição das atividades e ações de auditoria previstas para o exercício de 2018 – Unidade de Auditoria Interna - Reitoria	28
6.2 - Descrição das atividades e ações de auditoria previstas para o exercício de 2018 – Unidade de Auditoria Interna - <i>Campus</i> de Gurupi.....	34
7. – Ações de capacitação.....	38

1 – INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2018 é o documento que descreve todas as atividades que serão realizadas pela equipe da Auditoria Interna no exercício de 2018.

O PAINT foi elaborado de acordo com a Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015, que dispõe sobre o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e os trabalhos de auditoria realizados pelas unidades de auditoria interna.

Assim, o planejamento tem como objetivo contribuir com a Administração, através da utilização de procedimentos ordenados e sistemáticos para a busca de resultados satisfatórios e de melhoria dos procedimentos e controles adotados, principalmente quanto à eficiência, eficácia, economicidade, legalidade e legitimidade dos atos e fatos da gestão.

2 – A INSTITUIÇÃO¹

Instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, a Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT) é uma entidade pública vinculada ao Ministério da Educação destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente (Artigo 207 da Constituição Federal).

Sua **missão** é *formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal* (conforme redação dada pelo Planejamento Estratégico 2014-2022).

Sua **visão** é *ser reconhecida nacionalmente até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão* (idem).

São **valores** da UFT:

- Respeito à vida e à diversidade;
- Transparência;
- Comprometimento com a qualidade;
- Criatividade e inovação;
- Responsabilidade social;
- Equidade.

Por fim, os grandes **pilares estratégicos** da Instituição, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016) são:

- Atuação sistêmica;

¹ Disponível no *site* da instituição, no endereço <http://ww2.uft.edu.br/institucional>

- Articulação com a sociedade;
- Aprimoramento da gestão;
- Valorização humana.

3 – A UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Unidade de Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação vigente.

A Audin deve atuar de forma a contribuir para o alcance dos resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão. Além disso, deve propor ações corretivas necessárias, buscando sempre agregar valor à gestão e racionalizar as ações de controle. Deve, também, prestar assessoramento à alta administração da entidade.

Segundo a IN nº 01/2001 - SFC, auditoria interna é

... “conjunto de técnicas que visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito público e privado, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou legal.” (IN SFC nº 01/2001).

O capítulo X da IN Nº 01/2001 – CGU-PR/SFC define as atividades específicas da Auditoria Interna e por isso, suas atividades de orientação não se confundem com as de **consultoria e assessoramento jurídico** que competem à Advocacia Geral da União - AGU e a seus respectivos órgão e unidades, consoante estabelecido no art. 17, inciso II, Lei Complementar nº 73/1993. Vale destacar que, conforme Orientação Normativa Nº 28, de 9 de Abril de 2009, cabe aos membros da Advocacia Geral da União a competência para representar Judicial e Extrajudicialmente a União, suas Autarquias e Fundações Públicas, bem como para exercer as atividades de Consultoria e Assessoramento Jurídico do Poder Executivo Federal.

E, sobre as atividades desenvolvidas pela Audin, assim preceitua a IN nº 01/2001 - SFC:

“Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonogado aos servidores da auditoria interna, no desempenho de suas atribuições inerentes às atividades de auditoria e fiscalização.”

3.1 – Equipe da Unidade de Auditoria Interna

A equipe da Unidade de Auditoria Interna da Universidade Federal do

Tocantins atualmente é composta pelas seguintes servidoras:

Figura 1 – Equipe da Auditoria Interna em 27 de outubro de 2017

Nome	Cargo/Função
Karina Mosel Paixão	Administradora/Coordenadora de Auditoria Interna
Dilson Pereira dos Santos Júnior	Auditor
Fabiene de Fátima Ferreira Nunes ²	Administradora/Auditora Interna
Rita de Cássia Alves Oliveira	Administradora/Auditora Interna
Leandro Gomes da Silva ³	Auditor/ <i>campus</i> de Gurupi
Maurício Dias dos Santos ⁴	Auditor/ <i>campus</i> de Gurupi

Fonte: AUDIN/UFT

3.2 – Orçamento da Unidade de Auditoria Interna⁵

Para o exercício de 2018, o orçamento estimado da Audin é de R\$ 26.300,00 nas seguintes naturezas de despesas:

Figura 2 - Orçamento estimado para 2018

Grupo de despesa	Natureza de despesa	Descrição	Valor Estimado
3	33.90.14	Diárias	R\$ 7.300,00
3	33.90.33	Passagens	R\$ 10.000,00
3	33.90.39	Capacitação	R\$ 9.000,00
Total			R\$ 26.300,00

Fonte: AUDIN/UFT

3.3 – Vinculação técnica e administrativa da Unidade de Auditoria Interna

3.3.1 – Vinculação técnica

Conforme art. 15 do Decreto nº 3.591/2000, a Auditoria Interna se sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram. Essa vinculação técnica visa proporcionar a qualidade dos trabalhos e efetividade nos resultados de auditoria e racionalizar as ações de controle.

3.3.2 – Vinculação administrativa

A Auditoria Interna da UFT é o órgão de assessoramento responsável pela

² Servidora pertencente ao quadro da Audin, mas durante o exercício de 2018 estará afastada para capacitação – Mestrado.

³ Auditor sem vinculação hierárquica à Audin.

⁴ Auditor sem vinculação hierárquica à Audin e atualmente lotado da Gerência de Desenvolvimento Humano do Campus de Gurupi.

⁵ A estimativa do orçamento leva em consideração os servidores que possuem vinculação hierárquica à Unidade de Auditoria Interna da Reitoria, sendo que os demais servidores devem estar inseridos na estimativa orçamentária da unidade a que são subordinados.

auditoria interna da instituição, vinculada ao Conselho Superior – CONSUNI e essa vinculação visa garantir a independência técnica de sua atuação.

3.3.3 – Vinculação técnica e administrativa dos auditores do campus de Gurupi

Os auditores do *campus* de Gurupi são vinculados hierarquicamente à Direção daquela unidade e tecnicamente à Unidade de Auditoria Interna da UFT.

4 – FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAINT

O Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna, exercício 2018, foi elaborado com base nas seguintes considerações:

- diagnóstico das áreas mais sensíveis ao risco, obtido por meio da aplicação da metodologia ABR – Auditoria Baseada em Riscos, cujo resultado está descrito no item 5.2.3;
- o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2016-2020 (a adoção do PDI 2016-2022 visa atender à exigência contida no artigo 3º da Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015), onde estão descritos os cinco grandes processos internos da instituição, além da descrição dos objetivos, metas, ações estratégicas e cronograma de desenvolvimento.

Portanto, de acordo com o PDI “Os resultados alcançados no Planejamento Estratégico serviram de base na elaboração do PDI, período 2016 a 2020. Para isso foi confeccionada uma matriz (Figura 02) que serviu como base o Instrumento de Avaliação Institucional Externa, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que contempla os cinco eixos do Sinaes. Sendo estes:

Eixo Nº 01 – Planejamento e Avaliação Institucional (dimensão Sinaes 8 – Planejamento e Avaliação);

Eixo Nº 02 – Desenvolvimento Institucional (dimensões Sinaes 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e 3 - Responsabilidade Social da Instituição);

Eixo Nº 03 – Políticas Acadêmicas (dimensões Sinaes 2 – Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, 4 - Comunicação com a Sociedade e, 9 - Políticas de Atendimento aos Discentes);

Eixo Nº 04 – Políticas de Gestão (dimensões Sinaes 5 – Políticas de Pessoal, 6 - Organização e Gestão da Instituição e, 10 - Sustentabilidade Financeira); e,

Eixo Nº 05 – Infraestrutura Física (dimensão Sinaes 7 – Infraestrutura Física).

- a legislação aplicável à Universidade;
- os resultados dos últimos trabalhos de auditoria realizados pelos órgãos de controle interno e externo (Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, Auditoria Interna e Tribunal de Contas da União), que geraram recomendações pendentes de atendimento (estoque de recomendações). O resultado está descrito no item 5.2.4.

As ações programadas para 2018 abrangerão o período de 02 de janeiro a 14 de dezembro e para o cálculo das horas foi considerada a quantidade de servidores lotados na Audin, sendo uma coordenadora de auditoria interna, um auditor e duas auditoras internas, no regime de 8 horas diárias, descontadas os períodos de férias e licenças programadas para o próximo exercício.

Para a carga horária destinada a cada atividade de auditoria já está incluído o tempo necessário para a realização do planejamento da ação; estudo e interpretação da legislação pertinente; definição de amostra; coleta e análise de dados; aplicação das técnicas de auditoria necessárias para a ação; elaboração das solicitações e notas de auditoria, registro das evidências e elaboração dos relatórios com as respectivas recomendações.

Os trabalhos de auditoria serão realizados segundo as normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal e às práticas contábeis adotadas no Brasil, objetivando emitir opinião sobre os controles das unidades analisadas, assim como diagnosticar e certificar a gestão dos recursos alocados por seus agentes responsáveis.

A Audin prestará assistência durante todas as auditorias realizadas no âmbito da UFT, tanto pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, quanto pelo TCU, bem como quaisquer outras auditorias e fiscalizações externas, acompanhando as recomendações efetuadas e informando seus resultados aos órgãos competentes.

O resultado das atividades de auditoria será levado ao conhecimento das chefias das áreas envolvidas, para que adotem as providências necessárias. As constatações, recomendações e pendências farão parte do relatório de auditoria, que será encaminhado à chefia das áreas auditadas, ao Reitor, ao Consuni e ao Ministério

da Transparência e Controladoria Geral da União.

5 – MAPEAMENTO E HIERARQUIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

5.1 – Definição das atividades

Para a definição das atividades a serem realizadas, foi aplicada a metodologia de Auditoria Baseada em Risco - ABR, desenvolvida inicialmente pela equipe de auditoria interna da UFABC, tendo por referência o modelo de Matriz de Riscos utilizado pelo Banco Central do Brasil. Entretanto, não há a intenção de utilizar a hierarquização do grau de risco como uma última posição para fins de planejamento, mas sim como um respaldo à ação dos auditores, constituindo-se em uma das fontes de informação que deverá ser por eles consultada.

Por isso, ao realizar o mapeamento das atividades, foram também levados em consideração todos os programas, ações e atividades que apresentaram créditos orçamentários e sua correlação com as áreas de atuação previstas para a auditoria interna. Além disso, fez-se também o estoque das recomendações por assunto, constantes do Plano de Providências Permanente – PPP, do Sistema Monitor e das recomendações que foram feitas pela Audin e pelo TCU desde o exercício de 2013.

5.2 – Hierarquização das atividades – matriz de risco

A avaliação de risco foi obtida mediante dados provenientes dos gestores das áreas nos níveis estratégico, tático e operacional, e da percepção institucional, por meio da análise da Audin, de modo a respaldar a tomada de decisões referente ao escopo dos trabalhos de auditoria no exercício subsequente.

5.2.1 – Questionário aplicado à Auditoria Baseada em Riscos

Diante das diversas formas de classificar os riscos inerentes aos processos organizacionais da instituição, os fatores de risco utilizados foram baseados em questionário formulado pelo TCU, convencionado de maneira a proporcionar amplitude e generalidade desejada para o trabalho realizado.

A avaliação do risco pelo gestor ocorreu por meio da aplicação do questionário aos gestores de nível estratégico, tático e operacional, sendo a pontuação atribuída por três avaliadores:

- gestor de nível estratégico ao qual a unidade avaliada está subordinada;
- gestor de nível tático responsável pela unidade administrativa avaliada;
- gestor do nível operacional da unidade administrativa avaliada.

A seguir é apresentado o questionário que foi aplicado.

Figura 3 – Questionário aplicado aos gestores

FATORES A SEREM AVALIADOS	AVALIAÇÃO		
	GESTOR ESTRATÉGICO	GESTOR TÁTICO	GESTOR OPERACIONAL
Ambiente de Controle			
1. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela área são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da área.			
2. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão formalizados.			
3. Há mecanismos que garantam ou incentivam a participação dos servidores dos diversos níveis da estrutura da área na elaboração dos procedimentos das instruções operacionais.			
4. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			
5. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da área.			
6. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela área.			
Subtotal por Fator de Risco			
Avaliação de Risco	GESTOR ESTRATÉGICO	GESTOR TÁTICO	GESTOR OPERACIONAL
7. Os objetivos e metas da área estão formalizados.			
8. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da área			
9. É prática da área o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			
10. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			
Subtotal por Fator de Risco			
Procedimentos de Controle	GESTOR ESTRATÉGICO	GESTOR TÁTICO	GESTOR OPERACIONAL
11. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da área, claramente estabelecidas.			
12. As atividades de controle adotadas pela área são apropriadas, funcionam consistentemente e possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam resultar de sua aplicação.			
Subtotal por Fator de Risco			
Informação e Comunicação	GESTOR ESTRATÉGICO	GESTOR TÁTICO	GESTOR OPERACIONAL
13. A informação relevante para a área é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente aos interessados.			

14. As informações consideradas relevantes pela área são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao pessoal da área tomar as decisões apropriadas.			
15. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da área, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			
Subtotal por Fator de Risco			
Monitoramento	GESTOR ESTRATÉGICO	GESTOR TÁTICO	GESTOR OPERACIONAL
16. O sistema de controle interno da área é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			
17. O sistema de controle interno da área tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações realizadas.			
18. O sistema de controle interno da área tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			
Subtotal por Fator de Risco			
PONTUAÇÃO TOTAL			
Valores da avaliação (adaptação da escala de Likert sem o elemento central)			
(0) Concordo Totalmente			
(1) Concordo em grande parte, mas não totalmente.			
(2) Não concordo em grande parte, mas não totalmente.			
(3) Não concordo totalmente			

5.2.2 – Questionário aplicado à Auditoria Baseada em Riscos

A segunda etapa da ABR é a percepção organizacional, que subsidiou a formatação de questões para atribuição da pontuação ao grau de risco. Fundamentada na Seção II do Capítulo VI do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as variáveis básicas utilizadas para a planificação dos trabalhos de auditoria são:

- **Materialidade:** leva em consideração o montante dos recursos orçamentários e financeiros envolvidos;
- **Relevância:** importância relativa ou papel desempenhado por determinada questão, situação ou unidade; e
- **Criticidade:** refere-se aos elementos de vulnerabilidade ou riscos potenciais.

Dessa forma, as questões formatadas foram as seguintes:

1) A área executa processos críticos (volume financeiro) ou chaves (relacionados com atividades finalísticas da instituição)?

- (0) Não
- (10) Sim

2) Quando foi a última vez que a área foi auditada?

- (0) Nos últimos 6 (seis) meses
- (5) No intervalo de 6 (seis) a 12 (doze) meses
- (10) No intervalo de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses
- (15) Há mais de 2 (dois) anos
- (20) Nunca

3) Qual o montante de recursos orçamentários movimentado pela área?

- (0) De R\$ 0,00 a R\$ 100.000,00
- (5) De R\$ 100.000,01 a R\$ 1.000.000,00
- (10) De R\$ 1.000.000,01 a R\$ 10.000.000,00
- (15) De R\$ 10.000.000,01 a R\$ 50.000.000,00
- (20) Acima de R\$ 50.000.000,00

4) Com base nos conhecimentos/experiência dos auditores, como são avaliados os controles internos da área?

- (0) Ótimos
- (5) Bons
- (10) Razoáveis
- (15) Frágeis
- (20) Muito frágeis

5) Com base nos conhecimentos/experiência dos auditores, as informações disponibilizadas pela área, nos mais variados meios, são dotadas de qualidade e propiciam uma comunicação adequada com interessados?

- (0) Frequentemente
- (5) Algumas vezes
- (10) Raramente

6) Qual a probabilidade e o impacto de riscos à imagem da UFT nos processos executados pela área?

- (0) Baixa probabilidade e baixo impacto
- (5) Alta probabilidade e baixo impacto
- (10) Baixa probabilidade e alto impacto
- (15) Alta probabilidade e alto impacto

7) A área costuma acatar/implementar recomendações feitas pela Auditoria Interna e pelos órgãos de controle (CGU e TCU)?

- (0) Não houve recomendação
- (1) Sempre acata
- (2) Frequentemente acata
- (3) Algumas vezes acata
- (4) Raramente acata
- (5) Nunca acata

5.2.3 – Classificação das áreas de acordo com a Matriz de Riscos

A matriz de risco apresentada reflete a realidade das áreas cujos gestores responderam ao questionário proposto pela equipe de auditoria interna e os que não apresentaram manifestação estão destacados e a análise pautou-se exclusivamente na verificação do grau de risco institucional, feito pela auditoria interna.

Figura 4 – Matriz de áreas de risco

ÁREAS AVALIADAS			
ÁREA	GRAU DE RISCO NA VISÃO DO GESTOR	GRAU DE RISCO NA VISÃO DA AUDIN	GRAU DE RISCO MÉDIA PONDERADA
COORD GRAD	48,1%	70,00%	61,3%
CPL	43,2%	67,00%	57,5%
COORD ESPEC	32,7%	70,00%	55,1%
NGLAB	42,0%	60,00%	52,8%
PROJETOS	44,4%	58,00%	52,6%
CFORMA	45,7%	57,00%	52,5%
DIARIAS	44,4%	57,00%	52,0%
PREGÃO	51,2%	52,00%	51,7%
DTE	24,1%	70,00%	51,6%
SIE	29,6%	65,00%	50,9%
CCONTA*	33,3%	60,00%	49,3%
DIMAN	28,4%	63,00%	49,2%
PREFEITURA	13,0%	73,00%	49,0%
DEINFRA	18,5%	69,00%	48,8%
CRM	42,0%	52,00%	48,0%
DSE	17,3%	68,00%	47,7%
DCF	33,3%	57,00%	47,5%
CFP	35,8%	55,00%	47,3%
ORÇAMENTO	12,3%	70,00%	46,9%
DIRCA	17,9%	65,00%	46,2%
COOPE	28,4%	57,00%	45,6%
NUGEP	46,3%	45,00%	45,5%
SUPORTE	18,5%	63,00%	45,2%
PORTO NACIONAL	15,4%	65,00%	45,2%
COPESE*	0,0%	75,00%	45,0%
SISBIB	19,1%	60,00%	43,7%
DESENVOLV	26,5%	55,00%	43,6%
CONTRATOS	37,0%	47,00%	43,0%
PALMAS*	0,0%	70,00%	42,0%

ALMOX	43,2%	41,00%	41,9%
DIRPESQ	14,2%	60,00%	41,7%
CODESC*	28,4%	50,00%	41,4%
MIRACEMA	5,6%	65,00%	41,2%
DCMAT	32,1%	47,00%	41,0%
DTI	5,6%	63,00%	40,0%
DAM	23,5%	51,00%	40,0%
DPE	22,8%	51,00%	39,7%
ARAGUAÍNA*	0,0%	65,00%	39,0%
ARRAIAS*	0,0%	65,00%	39,0%
TOCANTINÓPOLIS*	0,0%	65,00%	39,0%
PIBIC*	14,2%	55,00%	38,7%
DICOM	12,3%	55,00%	37,9%
DIRPOS	27,2%	45,00%	37,9%
DPEE	25,3%	46,00%	37,7%
CDIP	19,1%	50,00%	37,7%
PROGEDEP	12,3%	53,00%	36,7%
PROGRAD	12,3%	52,00%	36,1%
DIRAD	19,1%	47,00%	35,9%
DAE	13,0%	51,00%	35,8%
REDES	8,6%	53,00%	35,3%
EXTENSÃO	16,7%	47,00%	34,9%
PROEST	10,5%	51,00%	34,8%
PAT	32,7%	36,00%	34,7%
DIPLAN	9,9%	51,00%	34,6%
DDP	28,4%	38,00%	34,2%
PROAD	8,6%	51,00%	34,1%
CCA	24,1%	40,00%	33,6%
DIRAC	13,0%	45,00%	32,2%
DIT	16,0%	42,00%	31,6%
NAP*	17,3%	40,00%	30,9%
NATI	9,3%	45,00%	30,7%
DDRG	22,2%	36,00%	30,5%
COP	27,8%	32,00%	30,3%
CULTURA*	0,0%	50,00%	30,0%
DGP	17,3%	38,00%	29,7%
PROPESQ	3,7%	47,00%	29,7%
ARBORIZAÇÃO	14,2%	40,00%	29,7%
DAP	13,0%	40,00%	29,2%
CPAD	6,8%	43,00%	28,5%
PROEX*	0,0%	47,00%	28,2%
CEDISA*	17,9%	35,00%	28,2%
DQVT	21,6%	31,00%	27,2%
DSMA	8,6%	38,00%	26,3%
DAI*	0,0%	40,00%	24,0%
PROAP	4,3%	36,00%	23,3%
OUVIDORIA	11,7%	12,00%	11,9%

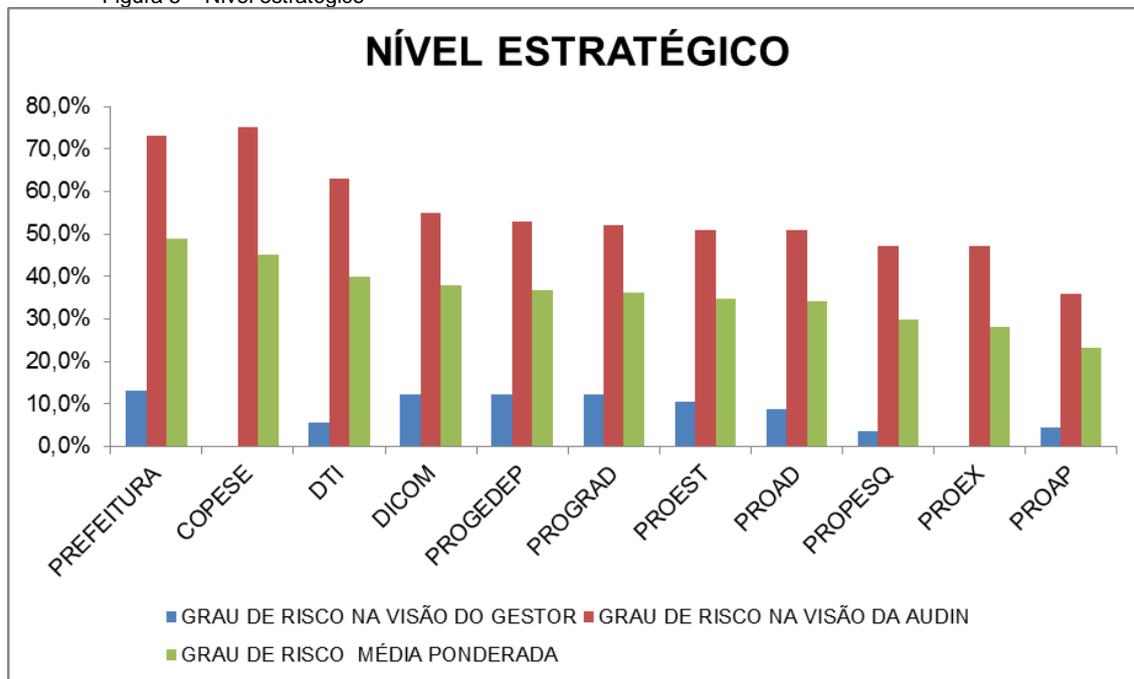
LEGENDA

	RISCO BAIXO
	RISCO MÉDIO
	RISCO ALTO

	RISCO ALTÍSSIMO
	SEM RESPOSTA

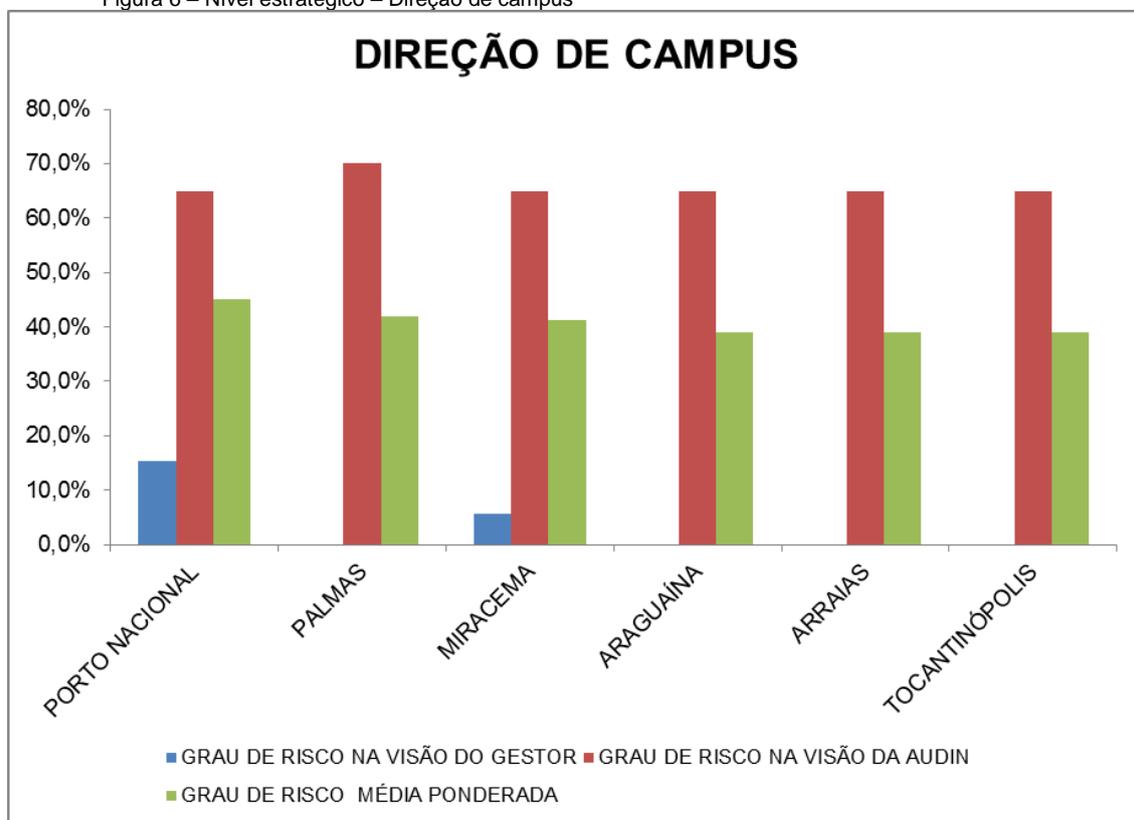
NTE: AUDIN/UFT

Figura 5 – Nível estratégico



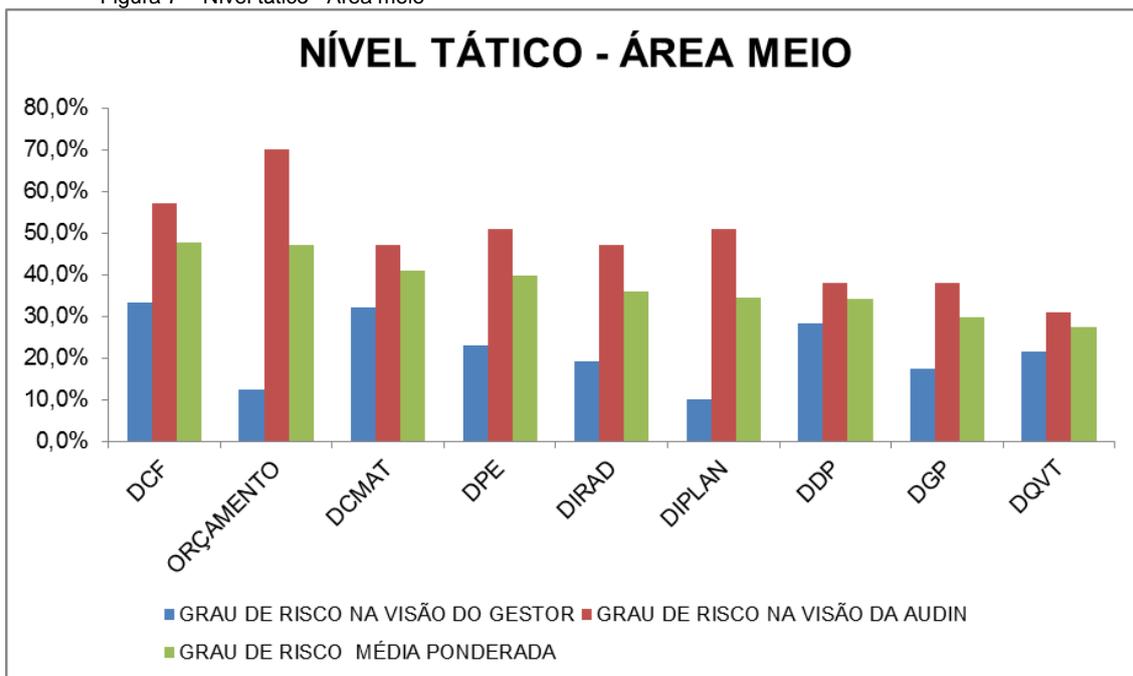
FONTE: AUDIN/UFT

Figura 6 – Nível estratégico – Direção de campus



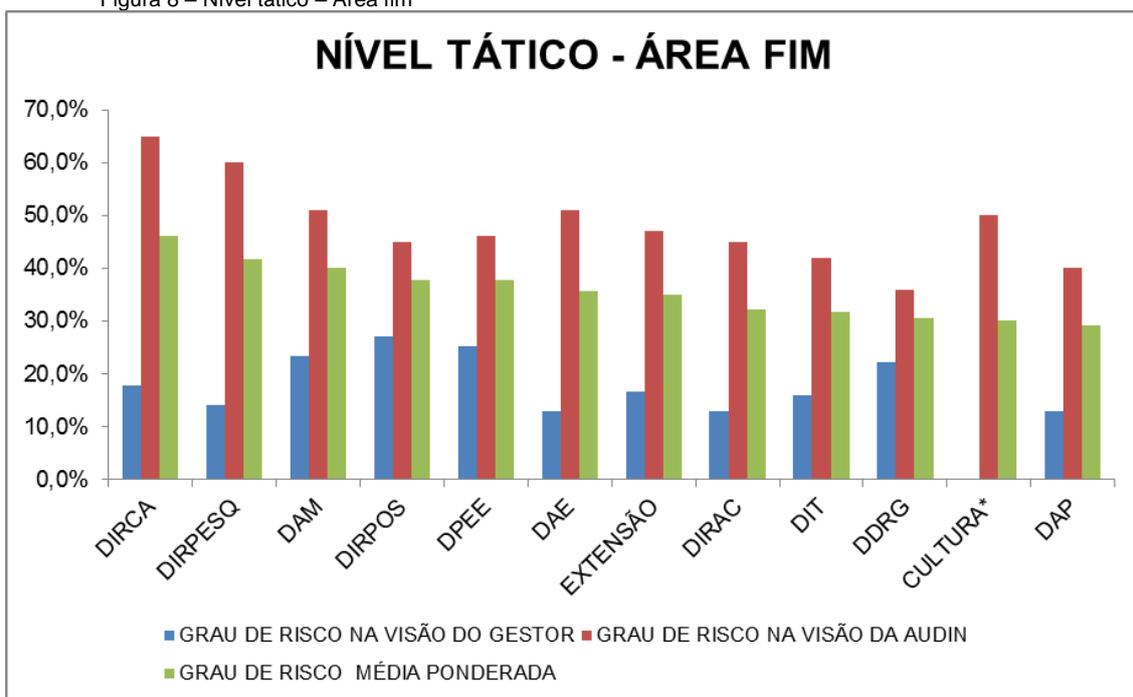
FONTE: AUDIN/UFT

Figura 7 – Nível tático –Área meio



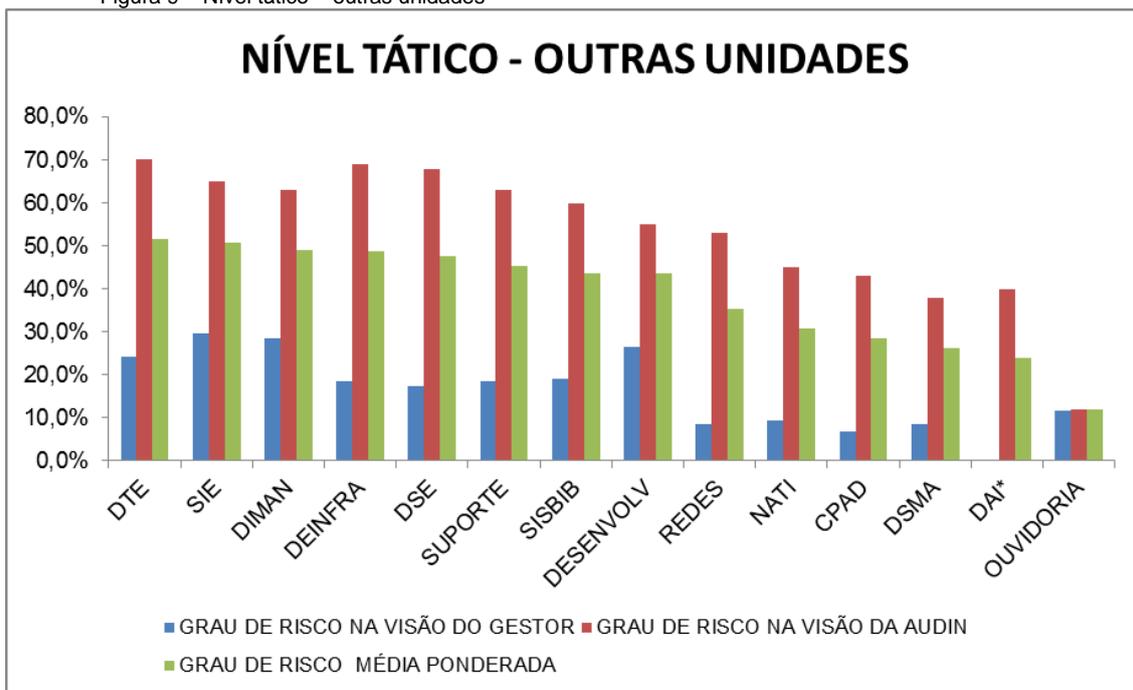
FONTE: AUDIN/UFT

Figura 8 – Nível tático – Área fim



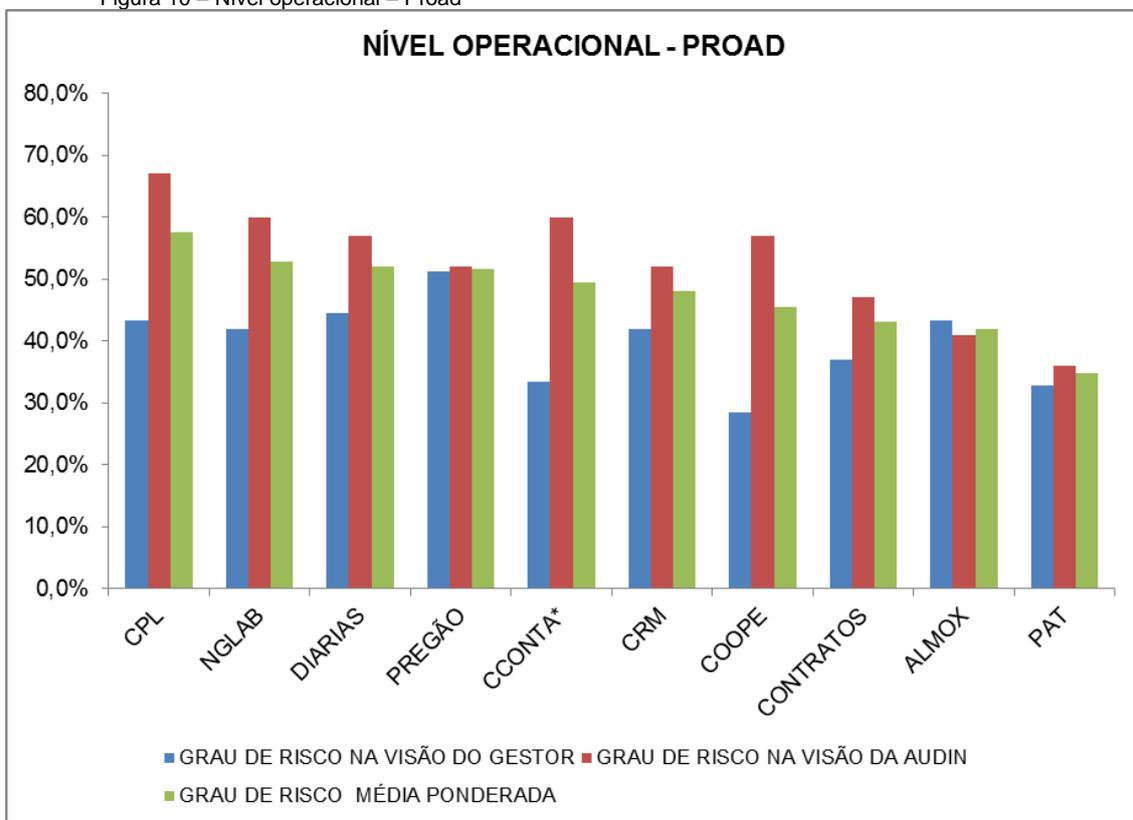
FONTE: AUDIN/UFT

Figura 9 – Nível tático – outras unidades



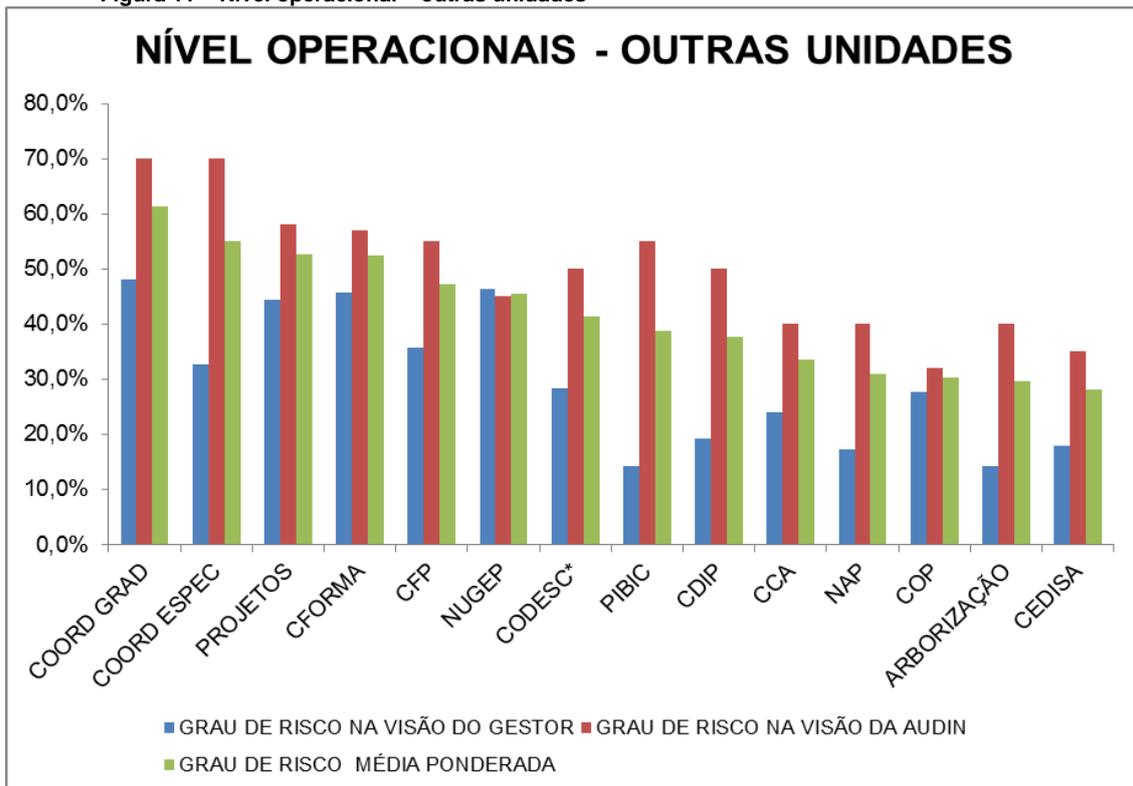
FONTE: AUDIN/UFT

Figura 10 – Nível operacional – Proad



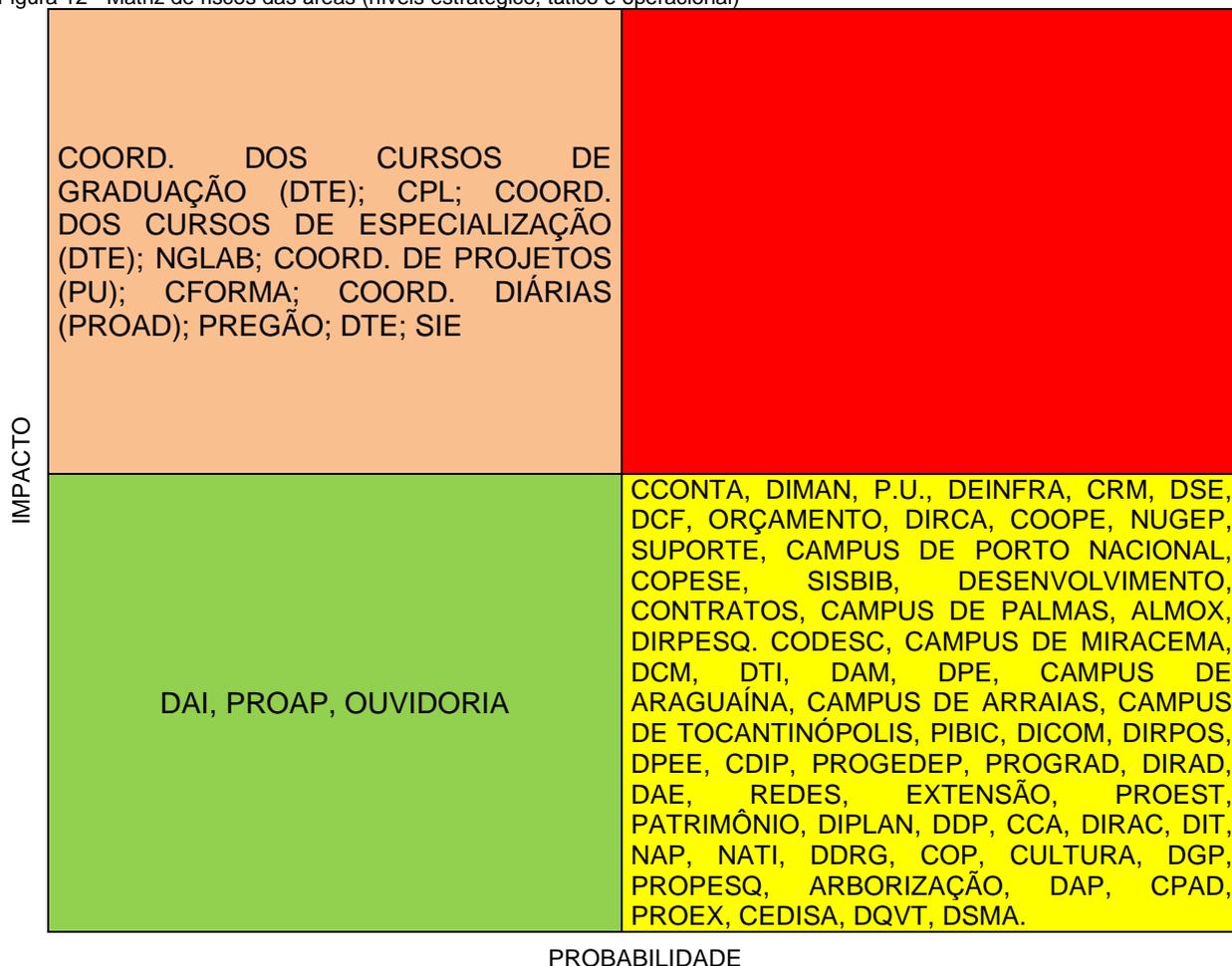
FONTE: AUDIN/UFT

Figura 11 – Nível operacional – outras unidades



FONTE: AUDIN/UFT

Figura 12 - Matriz de riscos das áreas (níveis estratégico, tático e operacional)



FONTE: AUDIN/UFT

Figura 13 – Matriz de áreas de risco do campus de Gurupi

ÁREAS AVALIADAS			
ÁREA	GRAU DE RISCO NA VISÃO DO GESTOR	GRAU DE RISCO NA VISÃO DA AUDIN	GRAU DE RISCO - MÉDIA PONDERADA
Coord. Administrativa	40,74%	37,00%	38,50%
Coord. Espaço Físico	37,04%	17,00%	25,01%
Núcleo de Tecnologia da Informação	25,93%	45,00%	37,37%
Direção do Campus	14,81%	52,00%	37,13%
Coord. de Infraestrutura	9,26%	47,00%	31,90%
Secretaria Acadêmica	9,26%	55,00%	36,70%
Coord. Pesq. Pós Graduação	44,44%	55,00%	50,78%
Gerencia de Desenvolvimento Humano	27,78%	52,00%	42,31%
Biblioteca	37,04%	32,00%	34,01%

Legenda:

Risco baixo

Risco médio

Risco alto

Risco altíssimo ou crítico

FONTE: AUDIN/GURUPI

Figura 14 – Matriz de riscos das áreas de nível estratégico do campus de Gurupi

IMPACTO	COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO	Risco altíssimo ou crítico
	GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA, NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, DIREÇÃO DO CAMPUS, SECRETARIA ACADÊMICA, BIBLIOTECA, COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA, COORDENAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO	Risco médio
		PROBABILIDADE

FONTE: AUDIN/GURUPI

5.2.4 – Estoque de recomendações.

O estoque está alimentado com as recomendações que foram expedidas desde o exercício de 2013 e é utilizado para verificar a quantidade de recomendações expedidas pela equipe da Audin e pelos órgãos de controle interno e externo.

Para classificar o grau de risco das recomendações, foram utilizados os parâmetros de probabilidade e impacto, onde o nível de risco é medido de acordo com a escala de probabilidade em que ele pode ocorrer e o impacto que pode causar na instituição.

Para mensurar as duas variáveis, é utilizada a escala abaixo:

Figura 15 – Escalas de probabilidade e impacto

Escala de Probabilidades		Escala de Impactos	
Nível	Descritor	Nível	Descritor
5	Quase certo	16	Catastrófica
4	Provável	8	Maior
3	Possível	4	Moderada
2	Improvável	2	Menor
1	Raro	1	Insignificante

FONTE: AUDIN/UFABC

A partir das escalas acima, é calculado o nível de risco (NR), que pode variar de 1 – risco baixo a 80 – risco altíssimo, de acordo com o resultado do cálculo:

$$NR = P \times I$$

Onde:

NR - nível de risco

P – probabilidade

I – impacto

Figura 16 – Escala de nível de risco

5	5	10	20	40	80
4	4	8	16	32	64
3	3	6	12	24	48
2	2	4	8	16	32
1	1	2	4	8	25
P X I	1	2	3	4	5

LEGENDA	
	risco baixo
	risco médio
	risco alto
	risco altíssimo

FONTE: AUDIN/UFABC

De acordo com a escala utilizada, a probabilidade é analisada também sobre os aspectos de relevância e criticidade e o impacto, sobre a materialidade. Assim, o estoque de recomendações ficou hierarquizado, por assunto, da seguinte maneira:

Figura 17 – Matriz de riscos – recomendações da Audin

5				ACUMULAÇÃO DE CARGOS	
4			PROFESSOR SUBSTITUTO		
3		PGLS	PATRIMÔNIO, DIÁRIAS, FROTA, FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	
2					BOLSA PERMANÊNCIA, FUNDAÇÃO DE APOIO, PROGRAMAS DE TI, DE EXTENSÃO
1					
P X I	1	2	3	4	5

FONTE: ESTOQUE DE RECOMENDAÇÕES DA AUDIN/UFT

Figura 18 – Matriz de riscos – recomendações do TCU

5				SERVIÇOS OFERTADOS À COMUNIDADE ACADÊMICA (ACÓRDÃO 55/15)	
4					REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA (ACÓRDÃO 8773/17)
3			ESTRUTURA E ATUAÇÃO DA AUDIN (ACÓRDÃO 3310/13)		
2					AValiação DA GOVERNANÇA E DA GESTÃO DE PESSOAS (ACÓRDÃO 99/15)
1					
P X I	1	2	3	4	5

FONTE: ESTOQUE DE RECOMENDAÇÕES DA AUDN/UFT

Figura 19 – Matriz de riscos – recomendações da CGU

5				SPIUNET, CARGA HORÁRIA DOCENTE, PDTI, CGTI, TRANSPARÊNCIA DAS ATIVIDADES DOCENTES, CPPD,	
4					
3			CESSÃO DE SERVIDORES	REGIMENTO UFT, RESIDÊNCIA MÉDICA, ACUMULAÇÃO DE CARGOS, COMPRAS	PNAES, PROGRESSÃO
2		PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO			FUNDAÇÃO DE APOIO, DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, GESTÃO DE PESSOAS
1					

P X I	1	2	3	4	5
-------	---	---	---	---	---

FONTE: ESTOQUE DE RECOMENDAÇÕES DA AUDIN/UFT

De acordo com o Projeto de ABR desenvolvido, cabe-nos enfatizar que a análise de risco com relação às seguintes unidades administrativas deixou de ser realizada tendo em vista que não obtivemos respostas para os formulários que foram enviados diversas vezes por e-mail:

- Comissão Permanente de Seleção – Copese;
- Diretoria de Assuntos Internacionais – DAI;
- Coordenação de Contabilidade;
- Diretoria de Cultura;
- Coordenação de Desenvolvimento, Informação e Suporte Acadêmico;
- Coordenação do Pibic;
- Núcleo de Aposentadoria e Pensão;
- Coordenação de Desenvolvimento da Carreira;
- Direção do Campus de Arraias;
- Direção do Campus de Araguaína;
- Direção do Campus de Palmas;
- Direção do Campus de Tocantinópolis.

Cabe ressaltar que houve uma resposta para as direções de campus em que o respondente não se identificou e por isso não foi possível avaliar o grau de risco da unidade.

Houve ainda uma pró-reitoria que não apresentou resposta – Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex) e por esse motivo, todas as unidades que estão hierarquicamente subordinadas a ela também teve sua análise prejudicada uma vez que a fórmula de cálculo utilizada na metodologia utiliza as informações dos gestores estratégicos, táticos e operacionais para fazer o estudo ponderado como foi descrito acima.

Assim sendo, verifica-se que as diversas áreas da UFT, nesta primeira avaliação envolvendo a visão dos Gestores Estratégicos, Táticos e Operacionais de cada uma das áreas e a da Auditoria Interna, apresentaram riscos de baixo a alto,

tendo a Diretoria de Assuntos Internacionais, a Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento e a Ouvidoria apresentando os riscos mais baixos e a Coordenação de Cursos de Graduação, a Comissão Permanente de Licitação, a Coordenação de Cursos de Especialização, o Núcleo de Gestão e Suprimentos Laboratoriais – NGLab, a Coordenação de Projetos (PU), a Coordenação de Formação e Aperfeiçoamento, a Coordenação de Diárias e Passagens, a Coordenação de Pregão, a Diretoria de Tecnologias Educacionais e o Sistema de Informação para o Ensino apresentando os riscos mais altos, sem alcançar o risco altíssimo.

6 – O PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

6.1 - Descrição das atividades e ações de auditoria previstas para o exercício de 2018 – Unidade de Auditoria Interna - Reitoria

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
01	Acompanhamento das recomendações citadas nos relatórios da CGU, do Sistema Monitor, das demandas do TCU e da Audin	4 – Políticas de Gestão	Os apontamentos e recomendações feitos pelos órgãos de controle são de fundamental importância para a melhoria dos procedimentos administrativos envolvidos no controle das aplicações dos recursos públicos, além de auxiliar na hermenêutica dos diplomas legais bem como na aderência à legislação vigente.	TCU, CGU-TO e Audin	Acompanhar os atos dos gestores no tocante ao atendimento das recomendações feitas pelos órgãos de controle durante o exercício e também verificar as ações que estão sendo desenvolvidas para cumprir o que foi proposto no PPP. Verificar falhas apontadas em todas as recomendações, propondo soluções de forma a orientar os setores envolvidos para que as faltas sejam sanadas e não voltem a ocorrer. Acompanhar o cumprimento das metas apresentadas do PPP para sanar as constatações apresentadas por meio de notas de auditoria.	Verificar as falhas apontadas em todas as recomendações, propondo soluções de forma a orientar os setores envolvidos para que as faltas sejam sanadas e não voltem a ocorrer. Acompanhar o cumprimento das metas apresentadas no plano de providências para sanar as constatações apresentadas por meio de notas de auditoria	Permanente	Todas as unidades que forem citadas nos relatórios

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
02	Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN/2017	1 – Planejamento e Avaliação Institucional	<p>Relatório elaborado sem a devida clareza e objetividade, dificultando o entendimento da real situação em que se encontra a Instituição, não evidenciando se os controles internos administrativos são adequados e se os recursos públicos estão sendo devidamente aplicados.</p> <p>Para o administrador público, o relatório é um importante instrumento auxiliar de gestão, na medida em que pode ajudar a entidade a alcançar suas metas, proporcionando-lhe informações, análises e recomendações, facilitando o processo de gestão. Para a CGU-TO, permite avaliar o trabalho desenvolvido pela Unidade de Auditoria Interna.</p>	CGU	<p>Expor as atividades de auditoria que foram realizadas durante o exercício equivalente e seus achados, a eficácia dos resultados alcançados, as justificativas apresentadas quanto às pendências existentes e as recomendações e sugestões apresentadas aos centros de custos com vistas a melhorar as atividades administrativas.</p> <p>Contribuição da Unidade de Auditoria Interna na prevenção de irregularidades e impropriedades.</p>	<p>Detalhar os trabalhos de auditoria desenvolvidos de acordo com o que estava previsto no RAIN/2016 e as auditorias especiais que (se) foram realizadas e, ainda, demonstrar as atividades de acompanhamento preventivo e assessoria à gestão desenvolvidas durante o exercício abrangido pelo relatório.</p>	02 a 31 de janeiro de 2018 (22 dias úteis)	Audin
03	Auditoria Baseada em Riscos – ABR-2018	1 – Planejamento e Avaliação Institucional	<p>A ausência de uma matriz de risco para a elaboração do planejamento da Audin pode ter como consequência um planejamento falho e inconsistente.</p> <p>A construção da Matriz de Risco dentro da metodologia proposta demonstra o amadurecimento da Auditoria Interna que passa a trabalhar com a gestão de risco para embasar as ações auditoria, já que as ações serão devidamente embasadas e passarão a servir de base também para futuras ações</p>	Audin	<p>Hierarquizar o grau de risco das unidades administrativas dos níveis estratégico e tático, através da utilização de metodologia específica, em que são consideradas a análise dos gestores e da Audin, de acordo com os critérios de materialidade, relevância, criticidade e risco, para que se obtenham informações suficientes para priorizar as ações de auditoria do exercício seguinte.</p>	<p>Aplicar questionários específicos para os gestores dos níveis estratégico e tático e para a equipe da Audin.</p> <p>Tabular os dados coletados e elaborar a matriz de risco de acordo com a hierarquização de risco das unidades.</p>	06 a 31 de agosto de 2018 (20 dias úteis)	Unidades dos níveis estratégico, tático e operacional da instituição.

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
04	Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2019	1 – Planejamento e Avaliação Institucional	<p>Descumprimento dos normativos que regem a elaboração do planejamento das atividades da Audin.</p> <p>O PAINT é a ferramenta utilizada pelo gestor e pela CGU para acompanhar e avaliar os trabalhos desenvolvidos pela equipe da Audin</p>	CGU	<p>Planejar e organizar por área os trabalhos de auditoria a serem realizados durante o exercício de 2018, utilizando a matriz de risco elaborada com a metodologia da ABR e sob os critérios da materialidade, relevância e criticidade.</p> <p>Elaborar um planejamento de auditoria de acordo com a legislação vigente, observando as áreas que possuem grau de risco mais elevados;</p>	<p>Analisar o PDI da instituição, os resultados obtidos no exercício anterior, a matriz de riscos elaborada e o estoque de recomendações para estabelecer as ações que serão desenvolvidas no exercício subsequente.</p>	03 de setembro a 11 de outubro de 2018 (27 dias úteis)	Audin
05	Gestão acadêmica e financeira dos cursos de graduação ofertados pela DTE	03 – Políticas Acadêmicas	<p>O setor ainda não foi contemplado com auditoria interna ou externa e a coordenação dos cursos de graduação apresentou o maior risco na hierarquização da ABR, seguida pela coordenação dos cursos de pós-graduação e da própria Diretoria.</p>	Audin – Matriz ABR	<p>Verificar as rotinas internas aplicadas para gerenciar os cursos ofertados pela DTE, com relação aos PPCs, a existência de indicadores e a concessão de bolsas.</p> <p>Corrigir possíveis falhas que possam ocorrer nas rotinas do setor e emitir recomendações de fortalecimento e melhoria dos controles internos adotados.</p>	<p>Analisar os PPCs dos cursos de graduação e verificar se estão sendo seguidos.</p> <p>Verificar a existência de indicadores que sejam capazes de mensurar os resultados qualitativos e quantitativos dos cursos ofertados.</p> <p>Analisar a gestão financeira dos cursos, principalmente quanto ao pagamento de bolsas aos tutores e</p>	02 de abril a 15 de junho de 2018 (50 dias úteis)	DTE

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
06	Avaliação da Gestão de Riscos da Universidade	1 – Planejamento e Avaliação Institucional	<p>Apesar de a diretoria de planejamento ter apresentado um risco médio na hierarquização da ABR, a gestão de riscos está na fase inicial e será realizada a primeira avaliação. Assim, percebeu-se a necessidade de verificar se a metodologia utilizada está sendo efetiva.</p> <p>Ausência de monitoramento dos riscos definidos pela universidade, bem como a falta de ações de mitigação.</p>	Audin	<p>Analisar o monitoramento dos riscos institucionais e a metodologia de acompanhamento das ações de mitigação.</p>	<p>Verificar se as ações de monitoramento das ações de mitigação dos riscos são efetivas e se os níveis de risco estão sendo diminuídos com as ações propostas</p>	01 de fevereiro a 28 de março de 2018 (42 dias úteis)	Proap – Diplan
07	Plano anual de capacitação	4 – Políticas de Gestão	<p>O Acórdão nº 99/2015 – TCU – Plenário recomendou a adoção de medidas que assegurem que as necessidades de capacitação e desenvolvimento sejam identificadas no momento da avaliação de desempenho e consideradas no planejamento anual de capacitação da entidade.</p> <p>Além disso, a gestão de pessoas apresentou risco altíssimo quando da hierarquização feita pela</p>	Audin – TCU	<p>Analisar o planejamento das capacitações e os critérios que são utilizados para a definição dos cursos e dos servidores que serão contemplados.</p> <p>Orientar os gestores para a necessidade de criar uma cultura de planejamento de capacitação que esteja normatizada dentro da universidade, além de propor melhorias nos controles internos da área e corrigir possíveis distorções na execução do planejamento.</p>	<p>Verificar os critérios que estão sendo utilizados para a definição dos cursos de capacitação para os servidores das diversas áreas e a periodicidade do planejamento do programa de capacitação.</p>	18 de junho a 31 de julho de 2018 (32 dias úteis)	Progedep – Cforma

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
08	Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação – PDI e Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI	1 – Planejamento e Avaliação Institucional	A ausência do planejamento das ações de tecnologia da informação pode trazer prejuízos à universidade, assim como a atuação inexpressiva do CGTI.	Audin	Verificar a existência do PDTI e a atuação do CGTI. Fortalecimento dos controles internos, adequação das rotinas aos normativos existentes e correção de possíveis falhas no planejamento de tecnologia da informação e na atuação do CGTI..	Verificar a porcentagem de cumprimento das metas estabelecidas no PDTI, analisando se as ações que foram desenvolvidas atendem aos preceitos legais e regimentais e se o atendimento está sendo monitorado. Analisar atuação do CGTI na universidade	06 de agosto a 09 de outubro de 2018.	DTI
09	Elaboração do Manual de Auditoria Interna	2 – Desenvolvimento institucional	Ausência de normatização dos procedimentos da Audin	Audin	Elaborar e implementar o Manual de Auditoria Interna.	Elaborar o manual de atividades da Audin, com base nos normativos vigentes dos órgãos de controle interno e externo.	15 de outubro a 31 de novembro de 2018.	Audin
10	Análise dos contratos de manutenção	5 – Infraestrutura física	A Prefeitura Universitária e as diretorias a ela subordinadas apresentaram grau de risco elevado, além de haver acórdão do TCU que trata dos serviços ofertados à comunidade acadêmica, principalmente quanto à adequação dos espaços físicos a fim de oferecer acessibilidade.	Audin	Analisar os contratos de manutenção com base no que está recomendado no Acórdão 55/2015 – TCU – Plenário, principalmente quanto à adequação de espaços e oferecimento de acessibilidade à comunidade. Fortalecimento dos controles internos, atendimento de recomendações dos órgãos de controle e propor	Verificar a programação de manutenção dos espaços físicos para atendimento das recomendações do TCU e a efetividade dos contratos firmados para a prestação de serviços de manutenção.	04 de junho a 03 de agosto de 2018 (37 dias úteis).	Prefeitura Universitária

					melhorias e adequações para os espaços físicos.			
--	--	--	--	--	---	--	--	--

6.2 - Descrição das atividades e ações de auditoria previstas para o exercício de 2018 – Unidade de Auditoria Interna - Campus de Gurupi

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
01	Acompanhamento das recomendações dos anos anteriores e das ordens de serviço da Unidade Central de Auditoria	4 - Políticas de Gestão	Os apontamentos e recomendações feitos são de fundamental importância para a melhoria dos procedimentos administrativos envolvidos no controle das aplicações dos recursos públicos.	Audin	Acompanhar os atos dos gestores ao atendimento das recomendações feitas pelos órgãos de controle e verificar as ações que estão sendo desenvolvidas para cumprir o que foi proposto no PDI e PDC. Verificar as recomendações, propondo soluções para orientar os setores envolvidos para que as faltas sejam sanadas e não voltem a ocorrer. Acompanhar o cumprimento das metas apresentadas para sanar as constatações por meio de notas de auditoria.	Verificar o atendimento das recomendações, propondo soluções de forma a orientar os setores envolvidos para que as faltas sejam sanadas e não voltem a ocorrer. Acompanhar o cumprimento das metas apresentadas no PDI e PDC para sanar as constatações apresentadas por meio de notas de auditoria.	Permanente	Todas as unidades que forem citadas nos relatórios anteriores
Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL

02	Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT/2017.	1 - Planejamento e Avaliação institucional.	Previsão na IN 24/2015 da CGU. Para o administrador público, o RAINT é um importante instrumento auxiliar de gestão, na medida em que pode ajudar a entidade a alcançar suas metas, proporcionando-lhe informações, análises e recomendações, facilitando o processo de gestão. Para a CGU-TO, permite avaliar o trabalho desenvolvido pela Unidade de Auditoria Interna.	CGU e Audin	Expor as atividades de auditoria que foram realizadas durante o exercício equivalente e seus achados, a eficácia dos resultados alcançados, as justificativas apresentadas quanto às pendências existentes e as recomendações e sugestões apresentadas aos centros de custos com vistas a melhorar as atividades administrativas. Contribuição da Unidade de Auditoria Interna na prevenção de irregularidades e impropriedades.	Detalhar os trabalhos de auditoria desenvolvidos de acordo com o que estava previsto no PAINT/2017 e as auditorias especiais que (se) foram realizadas e, ainda, demonstrar as atividades de acompanhamento preventivo e assessoria à gestão desenvolvidas durante o exercício abrangido pelo relatório.	02 a 31 de janeiro de 2018 (22 dias úteis)	Audin
Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
03	Auditoria Baseada em Riscos – ABR 2019	1 - Planejamento e Avaliação institucional.	A ausência de uma matriz de risco para a elaboração do planejamento da Audin pode ter como consequência um planejamento falho e	Audin	Hierarquizar o grau de risco das unidades administrativas dos níveis estratégico e tático, através da utilização de metodologia específica,	Aplicar questionários específicos para os gestores dos níveis estratégico e tático e	01 de agosto a 14 de setembro de 2018	Unidades dos níveis estratégico do Campus de

			<p>inconsistente.</p> <p>A construção da Matriz de Risco dentro da metodologia proposta demonstra o amadurecimento da Auditoria Interna que passa a trabalhar com a gestão de risco para embasar as ações auditoria, já que as ações serão devidamente embasadas e passarão a servir de base também para futuras ações institucionais.</p>		<p>em que são consideradas a análise dos gestores e da Audin, de acordo com os critérios de materialidade, relevância, criticidade e risco, para que se obtenham informações suficientes para priorizar as ações de auditoria do exercício seguinte.</p>	<p>para a equipe da Audin.</p> <p>Tabular os dados coletados e elaborar a matriz de risco de acordo com a hierarquização de risco das unidades.</p>	<p>(33 dias úteis)</p>	<p>Gurupi</p>
04	<p>Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2019</p>	<p>1 - Planejamento e Avaliação institucional.</p>	<p>Descumprimento dos normativos que regem a elaboração do planejamento das atividades da Audin.</p> <p>O PAINT é a ferramenta utilizada pelo gestor e pela CGU para acompanhar e avaliar os trabalhos desenvolvidos pela equipe da Audin</p>	<p>CGU e Audin</p>	<p>Planejar e organizar por área os trabalhos de auditoria a serem realizados durante o exercício de 2019, utilizando a matriz de risco elaborada com a metodologia da ABR e sob os critérios da materialidade, relevância e criticidade.</p> <p>Elaborar um planejamento de auditoria de acordo com a legislação vigente, observando as áreas que possuem grau de risco mais elevados;</p>	<p>Analisar o PDI da instituição, os resultados obtidos no exercício anterior, a matriz de riscos elaborada e o estoque de recomendações para estabelecer as ações que serão desenvolvidas no exercício subsequente.</p>	<p>17 de setembro a 31 de outubro de 2018 (33 dias úteis)</p>	<p>Audin</p>
Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
05	<p>Coordenação de Pesquisa e Pós-graduação.</p>	<p>3 – Políticas Acadêmicas</p>	<p>A Coord. Pesquisa e Pós-graduação foi considerada de maior grau de risco no ranking das áreas avaliadas.</p>	<p>Audin-Matriz ABR.</p>	<p>Verificar a consistência dos processos que o setor se utiliza para suas atribuições.</p>	<p>Analisar a eficiência dos atos administrativos.</p>	<p>02 de maio a 29 de junho de 2018 (43 dias úteis)</p>	<p>Coord. Pesquisa e pós-graduação.</p>

06	Gerência de Desenvolvimento Humano	3 – Políticas Acadêmicas	A Gerência de Desenvolvimento Humano foi classificada em 2º lugar no ranking das áreas avaliadas no projeto ABR, sendo considerado risco médio com média ponderada de 42,31%.	Audin-Matriz ABR.	Verificar os controles adotados para a concessão de benefícios de assistência estudantil pelo serviço de assistência social e psicológico (Sasp).	Analisar a consistência dos controles e a adequação dos processos aos dispositivos legais estabelecidos.	01 a 27 de fevereiro de 2018 (19 dias úteis)	Sasp.
07	Coord. Administrativa.	4 – Políticas de Gestão 5 – Infraestrutura Física	A coordenação de administrativa foi classificada com grau de risco considerado médio, com média ponderada de 38,50%. Esta relevância é decorrente sobretudo da fiscalização dos contratos de prestação de serviços continuados.	Audin-Matriz ABR.	Analisar a efetivação da fiscalização dos contratos administrativos de prestação de serviços continuados.	Analisar o cumprimento e efetividade da fiscalização dos contratos administrativos de prestação de serviços de continuados.	01 de março a 17 de abril de 2018 (33 dias uteis)	Coord. Administrativa
08	Núcleo de Tecnologia da Informação.	4 – Políticas de Gestão	O NTI foi classificado com grau de risco médio, com média ponderada de 37,37.	Audin-Matriz ABR.	Verificar a formulação e padronização de processos.	Analisar a eficiência e legalidade dos controles internos definidos para a área.	18 de abril a 18 de maio de 2018 (23 dias úteis)	NTI.
09	Direção do Campus.	1 - Planejamento e Avaliação institucional	A Direção do Campus foi considerada com grau de risco considerado médio, com média ponderada de 37,13% no projeto ABR.	Audin-Matriz ABR.	Verificar a formulação das políticas gerais de controle para o Campus.	Analisa a formulação e implementação de políticas de Governança Corporativa.	01 de novembro a 21 de dezembro de 2018 (37 dias úteis)	Direção do Campus.

7. – Ações de capacitação

Figura 20 – Previsão de capacitação Audin UFT

Ação prevista	Origem da demanda	Justificativa	Cronograma	Local	Servidor - Hora
Participação no Fórum Nacional dos Servidores Integrantes das Auditorias Internas Vinculadas ao MEC – FONAI	MEC/AUDIN	Treinamento e integração dos servidores das auditorias internas das instituições federais vinculadas ao MEC	Mai e novembro de 2018	A definir	3 servidores - 120h
II Fórum Nacional de Controle	AUDIN	Aprimoramento das atividades de auditoria.	Segundo semestre de 2018	Brasília – DF	2 servidores – 32h
Curso – Gestão de riscos	AUDIN	Aprimoramento das atividades de auditoria.	Fevereiro de 2018	Brasília – DF	2 servidores – 48h

FONTE: Audin – UFT

Figura 21 – Previsão de capacitação Audin Gurupi

Ação prevista	Origem da demanda	Justificativa	Cronograma	Local	Servidor - Hora
Participação no Fórum Nacional dos Servidores Integrantes das Auditorias Internas Vinculadas ao MEC - FONAI	MEC/AUDIN	Treinamento e integração dos servidores das auditorias internas das instituições federais vinculadas ao MEC	Mai e novembro de 2018	A definir	2 servidores – 80h
Curso à distância da ENAP e CGU	AUDIN Gurupi	Aprimoramento das atividades de auditoria	Primeiro semestre de 2017	À distância	2 servidores – 120h
Curso à distância do TCU e Senado	AUDIN Gurupi	Aprimoramento das atividades de auditoria	Segundo semestre de 2017	À distância	2 servidores – 120h

FONTE: AUDIN/GURUPI

Palmas, 27 de outubro de 2017.

KARINA MOSEL PAIXÃO
Coordenadora de Auditoria Interna